

Bibliotecas Híbridas:

um olhar a partir das bibliotecas alternativas

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Sueli Bortolin

João Arlindo dos Santos Neto

Como citar: ALMEIDA JÚNIOR, O. F; BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.

Bibliotecas Híbridas: *um olhar a partir das bibliotecas alternativas*. In: SILVA, R. C.; CALDAS, R. F. (org.). **Bibliotecas e hibridez**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 73-92.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p73-92>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 2

*Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Sueli Bortolin
João Arlindo dos Santos Neto*

BIBLIOTECAS HÍBRIDAS: UM OLHAR A PARTIR DAS BIBLIOTECAS ALTERNATIVAS

As bibliotecas comunitárias são, em verdade, uma forma de designar as bibliotecas populares, mas esvaziando os significados mais contundentes que deixavam claras as bases que lhe davam sustentação e determinavam quais os usuários que as tinham como objeto, e como suas ações, fazeres e serviços poderiam e podem alcançar seus objetivos.

O termo “bibliotecas comunitárias surge como reação e contraponto à denominação bibliotecas populares que, por sua vez, trazia no bojo de sua concepção, ideias que se vinculavam à defesa dos interesses populares, das classes trabalhadoras e dominadas.

Convém assinalar que o termo é usado no Brasil, com mais expressividade e constância, a partir da década de 1960. Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes se referiram à biblioteca popular na década de 1930, embora o emprego dessa nomenclatura não tenha surgido na literatura especializada até os anos em que há uma reação de vários segmentos da população, ou ao menos dos setores mais organizados, em se antepor à sua exclusão das decisões sobre o destino do país.

Acompanhando as ações e pensamentos dos movimentos organizados da população, alguns pesquisadores - do que poderíamos chamar de ala mais progressista da área -, munidos de propostas emancipadoras que circulavam na época, assumem tais propostas e tentam voltá-las para as discussões no âmbito das bibliotecas públicas. Com forte apelo social, os textos produzidos a partir de debates gerados por essa ala, não foram bem aceitos pelos pesquisadores e até mesmo por profissionais que defendiam um olhar mais conservador da Biblioteconomia. Os textos oriundos deste último grupo, não faziam uma oposição clara, aberta. Ao contrário, propunha um novo termo, aparentando uma concordância com as posições veiculadas por seus opositores. Posições que estavam longe de aceitar. O termo apresentado, bibliotecas comunitárias, foi aceito e passou a designar um tipo específico de biblioteca.

Um dado curioso é que, na busca por caracterizar tipos de bibliotecas, o grupo mais conservador passou a incluir, além dos tradicionais - bibliotecas públicas, escolares, universitárias e especialidades -, um outro tipo: especial. Assim, as bibliotecas populares - ou comunitárias como designadas posteriormente - foram entendidas como algo à parte, que não se enquadravam nas características necessárias para serem incluídas como verdadeiramente "bibliotecas".

Sobre a caracterização das bibliotecas – e a inclusão de um termo mais geral - convém discutirmos um pouco mais.

Uma das preocupações da área da Biblioteconomia é a busca por estabelecer critérios que diferenciem os vários tipos de bibliotecas. Tradicionalmente, quatro são os principais tipos de bibliotecas: escolares, públicas, universitárias e especializadas. As outras devem se enquadrar nesses quatro tipos.

Durante um breve período, alguns autores e profissionais denominaram como “especiais” o que consideravam um quinto tipo de bibliotecas. Esse termo tinha uma abrangência muito ampla e nos reportava a ideia de “generalidades”, “miscelânea”. Além disso, a concepção de “especiais” excluía essas bibliotecas do próprio conceito de biblioteca, não as incluindo dentro do rol tradicional.

No final dos anos 1980, Neusa Dias de Macedo teve a iniciativa de formular critérios para identificar as diferenças entre alguns dos tipos de bibliotecas elencados acima. Em cada tipo de biblioteca escolhido por ela, Neusa pesquisou, estudou e, junto com outros autores, elaborou pequenos artigos publicados na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, mantida pela FEBAB. Os artigos eram curtos, não mais do que quatro páginas, mas em um formato diferente dos artigos considerados científicos (MACEDO; SIQUEIRA, 1987; MACEDO; SPINELLI, 1987).

Havia uma página explicativa seguida de um quadro impresso no tamanho de três páginas que vinham dobradas em sanfona e para consultar o conteúdo, era necessário desdobrar. Os quadros presentes nos artigos, apresentavam um tipo de biblioteca e identificavam características baseadas em alguns tópicos, como: tipo de acervo, usuários, serviços etc. A distinção entre os tipos de bibliotecas, assim, valia-se da determinação de características que, embora presentes em todos os tipos, possuíam especificidades que permitiam diferenciá-las.

Vários termos surgiram para identificar, ou tentar identificar tipos específicos de bibliotecas, mas não foram assumidos pela literatura, pelas pesquisas e estudos da área. Entre esses termos, podemos destacar: bibliotecas

hospitalares, bibliotecas prisionais, bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias, bibliotecas alternativas e outras. Atualmente, fala-se em biblioteca parque. E sobre esta última falaremos mais adiante.

A exemplo do termo bibliotecas comunitárias - empregadas no lugar de bibliotecas populares - também foi apresentado o termo "informação utilitária" para se antepor aos termos "informação social" e "informação para a cidadania". Os mesmos comentários apostos acima, referentes às bibliotecas comunitárias, valem também para esta e novas investidas que vem sendo apresentadas nos últimos anos, contra as ideias, no seio da Biblioteconomia, de cunho mais social. Os significados mais progressistas inerentes aos termos "social" e "para a cidadania", foram derrubados por uma ideia meramente utilitarista que quando adjetiva a palavra "informação", a torna vazia, oca. Toda informação deve ser útil, embora o próprio termo "útil" tem uma concepção ampla que torna difícil um entendimento mais específico.

Os equipamentos informacionais, nessa época, tiveram várias designações: Centro de Documentação e Informação Popular, Centro de Comunicação e Informação Popular, Biblioteca Verdadeiramente Pública, Biblioteca Comunitária Conjunta etc. Todas elas buscavam uma alternativa para a biblioteca pública tradicional. Almeida Júnior (1997) designou o termo "bibliotecas alternativas" para esse conjunto de propostas diferenciadas.

Podemos dizer, resumindo, que o conceito de "bibliotecas comunitárias", apesar de, formal e explicitamente, designar os espaços voltados para atender a parcela mais pobre da população, em verdade se contrapõe a ideia de "bibliotecas populares" que está voltada para os segmentos populares

da sociedade, alijados dos direitos mínimos para o exercício da cidadania. Madella e Silva (2014, p. 99) enfatizam que “Sua existência é resultado da determinação de uma ou mais pessoas para a disponibilização de espaços onde se possa propagar cultura e conhecimento”.

Posteriormente, as discussões sobre os equipamentos informacionais acima descritos (Centros de Documentação e Informação Popular, Centros de Comunicação e Informação Popular etc.) nos levaram a entendê-los como minimamente diferenciados das bibliotecas públicas tradicionais. Essa posição está baseada no fato de que aqueles equipamentos oferecem serviços assemelhados aos destas bibliotecas, embora com uma aparência diferenciada, e com uma fundamentação apresentada em um discurso que sugere uma real mudança, mas que pouco altera, modifica e se difere das propostas fundantes da biblioteca pública tradicional.

Por sua vez, as bibliotecas híbridas foram apresentadas e conceituadas como aquelas que englobavam em seu acervo, materiais físicos e virtuais. A híbridez dá-se no âmbito do acervo, dos materiais armazenados.

Seguindo essa concepção, é possível ampliá-la incluindo outras propostas, como a que Paulo Freire fez em um evento realizado em 1982, na Paraíba, dentro do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Em uma palestra, Paulo Freire propõe para as bibliotecas populares e como característica e diferencial delas, a inclusão de materiais produzidos pela população, pela comunidade atendida pela biblioteca. Essa palestra foi publicada no livro “A importância do ato de ler: em três artigos que se completam” (FREIRE, 1989).

Uma noção mais ampla de híbridez, em relação às

bibliotecas públicas, vem de Rafaela Carolina da Silva. Em sua dissertação de mestrado, analisando esse mesmo tema, ela entende a ideia de híbrido como apontada na citação abaixo:

Para que uma biblioteca pública seja conceituada híbrida, é necessário que ela trabalhe os aspectos sociais das comunidades que a rodeia, voltando sua gestão para questões de âmbito informacional e cultural. Desse modo, deve pautar-se no acesso remoto, no treinamento de usuários, nas possibilidades de informação via eletrônica, nas abordagens socioculturais, no desenvolvimento de um software inovativo e na organização de grupos de trabalho. (SILVA, 2017, p. 53).

A ideia do interesse das bibliotecas híbridas voltar-se para a integração de acervos constituídos de documentos físicos e eletrônicos fica evidente. No entanto, há, no conceito, uma preocupação com o trabalho direcionado para aspectos sociais, acompanhando as propostas existentes nas bibliotecas populares e mesmo nas bibliotecas comunitárias.

Retornando ao texto de Paulo Freire (1989), citado anteriormente, é possível também entender sua proposta como contendo aspectos híbridos, uma vez que a sua defesa era para que o acervo das bibliotecas populares fosse construído com materiais proveniente de editoras comerciais, governamentais etc., mas também com materiais produzidos pela comunidade. Essa ideia permitiria que os coordenadores daquelas bibliotecas pudessem conhecer os interesses, necessidades e desejos da comunidade. Claro que estando atentos a isso. Todos os serviços seriam constituídos do entendimento que os materiais provenientes da comunidade suscitariam nos dirigentes das bibliotecas.

É preciso destacar, entretanto, que há uma concepção de que popular é algo que está vinculado às ações realizadas pelo povo e para o povo. Qualquer coisa fora dessa ideia não poderia ser entendida como uma ação popular. Nossa concepção advoga que muitas ações criadas a partir de iniciativas do povo e voltadas para ele, veiculam e disseminam concepções e interesses que não são do povo.

Semelhante ao exposto, o termo “comunidade” pode ser utilizado em espaços que buscam caracterizar-se como socialmente inclusivos, acolhedores, confortáveis (MADELLA; SILVA, 2014). Se reconhecemos que uma comunidade se configura a partir de interesses e realidades comuns, quando há uma biblioteca inserida nela, acreditamos que “[...] a biblioteca tenha voz na melhora da comunidade.” (LANKES, 2016, p. 115). No entanto, ela, a biblioteca, terá que ser um espaço que permita a emissão de voz dos indivíduos de todas as faixas etárias.

Não controlamos as informações que nos chegam, nem aquelas que desejamos e procuramos, nem aquelas que não queremos e não desejamos. Somos alvo de informações a todo momento. Do mesmo modo, nossos desejos, interesses e necessidades não são puros, não são exclusivamente nossos. Aceitamos desejos provenientes de intenções meramente econômicas, consumistas; e os aceitamos inconscientemente, mesmo sem os querer.

Dentro dessa lógica, não necessariamente o que é popular está contido em ações criadas pelo povo e dirigidas para o povo. Tais ações podem veicular interesses que não são do povo.

Entendemos como popular tudo aquilo que veicula os interesses das classes populares, quer a partir de iniciativas

do povo ou não. No caso das bibliotecas públicas, populares, comunitárias etc., os trabalhos e serviços oferecidos por esses equipamentos podem e devem ser desenvolvidos, planejados e implantados por profissionais com formação dentro das áreas abrangidas pelos objetivos e pelo escopo desses dispositivos.

Não basta, desta forma, a inclusão de novos tipos de documentos ao acervo das bibliotecas, mesmo que criados pela comunidade que vive no entorno dessas bibliotecas. É preciso que todos que atuam nesses equipamentos estejam direcionados e norteiem suas ações para atender aos interesses, necessidades e desejos da comunidade, mesmo sabendo que eles não são puros e que recebem influências globalizadoras. No entanto, o localismo sobrevive e resiste às inúmeras tentativas de minimizá-lo ou mesmo destruí-lo.

Mesmo que nosso discurso venha responsabilizar em demasia o bibliotecário ou aqueles que coordenam esse gênero de biblioteca, não há como negar que em tempos de tamanho desalento social, cabe a eles mediações diversificadas que subsidiem mudanças, que ampliem o conhecimento de si e do mundo por parte dos indivíduos que compõem uma comunidade.

Ao apresentar os resultados de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Silva (2014) arrola alguns serviços sugeridos por 13 líderes de bibliotecas comunitárias brasileiras. Sendo, além do empréstimo de livros o:

[...] acesso à Internet, mediação de leitura, contação de histórias, roda de poesia, aula de capoeira, violão, canto, percussão, reforço nos estudos, curso de teatro, espanhol informática, pré-vestibular comunitário, alfabetização de adultos, viabilização de carteira de identidade, acesso a joguinhos,

gincana, sarau, evento cultural, festa, exibição de vídeo, exposição, acesso a diferentes linguagens artísticas, conversa com escritores, apresentações musicais, rodas de conversa, suporte para as escolas municipais e capacitação de professores. (SILVA, 2014, p. 85).

Compreendemos que algumas das atividades citadas, são direcionadas aos usuários letrados e alfabetizados. Assim sendo, essas ambiências não estariam contemplando a diversidade de usuários – sejam reais ou potenciais, ou mesmo os não-usuários – e menos ainda, não despertariam o sentimento de pertença nos sujeitos. Em uma linguagem figurativa seria possível ouvir dos leitores: “Esse espaço tem a minha cara!”; “Esse espaço é meu, aqui eu gosto de ficar!”.

Ao considerar as bibliotecas como “lugares”, Lankes (2016, p. 128) ressalta que “A comunidade deve ver suas bibliotecas físicas como representativas de seus mais elevados ideais”. Segundo o autor, os bibliotecários têm demandado cada vez menos espaço físico para desempenhar suas atribuições diárias, devido às transformações tecnológicas e dos recursos informacionais. Por outro lado, aparece a comunidade e seus membros, que necessitam de espaço para interagir e criar.

Reconhecemos que a noção de híbridez irá atingir este patamar no momento em que as bibliotecas (comunitárias, populares, híbridas) disponibilizem diferentes espaços à comunidade; seja para ler, estudar, navegar na internet, realizar pesquisa, comer, descansar, jogar, brincar, dançar e até mesmo, conversar descontraidamente. Não basta, no entanto, disponibilizar espaços. É preciso que as pessoas se apropriem do que é veiculado, que sua cultura esteja presente e seja a base de todo fazer daquele equipamento

informativa. É preciso que as informações representem, dentro de limites, os interesses, necessidades e interesses da comunidade.

A ampliação do conceito dado ao espaço das bibliotecas pode fazer com que os sujeitos letrados ou não, alfabetizados ou não, deficientes ou não, sintam-se pertencidos à sua ambiência e se apropriem não somente do espaço interno e externo, mas que internalizem o significado que ele representa para sua vida na comunidade. Um local que possibilite aos sujeitos reconhecerem-se naquela comunidade e tornar-se conhecido naquele contexto. Isso se dá, também, quando o equipamento informativo trabalhar com informações provenientes dos vários segmentos da multimídia: escrita, imagem fixa, imagem em movimento e som.

O termo bibliotecas alternativas, englobando várias denominações de equipamentos informativos, tem como proposta alterar o entendimento de bibliotecas públicas tradicionais. Sua concepção pressupõe o emprego de informações que possam fazer frente àquelas veiculadas pela grande mídia, àquelas carregadas de interesses diferentes e antagônicos aos da comunidade. As bibliotecas alternativas são espaços de resistência informativa.

Nos anos da década de 1980, entre as discussões presentes no seio das bibliotecas alternativas, uma delas teve relativa força, mas ficou restrita a alguns treinamentos promovidos em determinados Centros de Documentação e Informação Populares: Documentação Popular.

Uma pequena apostila, de 12 páginas, preparada por um órgão latino-americano vinculado à Igreja Católica, chamado CELADEC, traduzido pelo Centro Pastoral Vergueiro, serviu de base para um treinamento realizado pelo SEDIPO –

Serviço de Documentação e Informação Popular, vinculado à CNBB-NE II. Esse treinamento ocorreu entre 12 e 16 de março de 1984, em Recife. Os três primeiros tópicos da apostila são elucidativos do teor e da direção conceitual do documento:

1. A informação dos setores dominantes é “desinformação” para os setores populares.
2. A Documentação Popular: ferramenta para a mudança social.
3. Metas da Documentação Popular. (DEFINIÇÃO..., 1984, p. 1).

A preocupação com a “desinformação”, tópico que abria as discussões propostas na apostila, e que hoje faz parte das preocupações de todos que atuam com a informação e carece de estudos e pesquisas urgentes, assim como a concepção de que a documentação popular tinha como objetivo a mudança social, deixava evidente a importância que a documentação possuía no interior daqueles equipamentos informacionais.

As discussões sobre esse tema, infelizmente, ficaram restritas aos treinamentos realizados da época. A área da Biblioteconomia não levou avante estudos sobre a Documentação Popular, talvez nem mesmo soube de iniciativas implantadas como as do SEDIPO, acima comentado. Ou, quem sabe, mesmo sabendo, não houve interesse em pesquisar essa temática, uma vez que ela não lidava com informação científica e tecnológica.

Uma proposta mais recente, que vem ocupando espaço entre os estudos relacionados com as bibliotecas públicas, são as chamadas “bibliotecas parques”. Os que trabalham especificamente nas bibliotecas públicas aceitam as ideias e se propõem, alguns de maneira entusiástica, a implantá-las em seus espaços, desde que haja condições para isso.

A proposta das bibliotecas parques é atrativa e

inovadora, pois defende espaços agradáveis, prazerosos, bonitos. Oferecem um acervo diversificado, incluindo documentos e materiais físicos e eletrônicos. A exemplo disso, podemos mencionar o caso de Medellín, na Colômbia. As bibliotecas parque por lá propagam a ideia de que em sua ambiência há informação, cultura e conhecimento, mas também, lazer, conforto e entretenimento.

Dessa forma, elas se configuram, dentro de um entendimento mais antigo, como bibliotecas híbridas.

Os serviços oferecidos também são diferenciados daqueles disponibilizados pelas bibliotecas públicas tradicionais, em especial por estarem claramente voltados para atender uma gama de tipos de usuários. Os que gerenciam tais bibliotecas, afirmam que estão preocupados com aspectos sociais da comunidade atendida. Por exemplo, a biblioteca parque da Rocinha no Rio de Janeiro “[...] possui CDteca, DVDteca, cozinha escola, estúdios, cineteatro, Jardim de Leitura e sala multiuso prevendo os encontros comunitários.” (SILVA, 2016, p. 39).

Referindo-nos ainda às bibliotecas parques podemos incluí-las entre as bibliotecas híbridas. No entanto, elas possuem um invólucro, uma capa que atrai os usuários, mas, quando desnudadas, elas apresentam as mesmas bases da biblioteca pública tradicional.

Assim, a perspectiva social e econômica brasileira, tão bem conhecida por nós, revela que ainda precisamos de políticas públicas e projetos que venham propiciar um avanço real no sentido de diminuir a distância entre as comunidades ricas e a pobres economicamente. Sendo o segundo caso as que apresentam um maior índice de analfabetismo funcional e tecnológico.

Isso nos leva a crer que as dificuldades quanto ao uso e apropriação da informação por meio da biblioteca híbrida é tão hercúlea quanto na biblioteca convencional.

Outra constatação é que, felizmente, as mediações deflagradas pelas bibliotecas comunitárias são muito mais direcionadas à cultura que propriamente aos serviços de tratamento e organização da informação (MACHADO, 2008).

A começar, por exemplo, pelo emprego dos mesmos códigos, tabelas, instrumentos e ferramentas técnicas empregadas em todos os vários tipos de bibliotecas. Como ser diferente se a estrutura organizacional dos documentos se vale de um antigo ferramental; como ser diferente se o equipamento informacional continua utilizando uma organização de acervo já problematizada e questionada como tendenciosa e discriminadora? Nosso entendimento é que os espaços precisam flexibilizar, adaptar as formas de comunicação e tratamento da informação ao público atendido. Qual a lógica de usar a tabela CDU ou a CDD em que as classes carregam denominações que não atendem a diversidade e, portanto, ferem questões como: estrato social, racial, de gênero e religiosa.

De maneira idêntica, o material que constitui o acervo desse tipo de biblioteca são os mesmos armazenados pelas bibliotecas públicas. Essas, hoje, também utilizam materiais eletrônicos e disponibilizam aos seus usuários o acesso à internet. Assim, a biblioteca não fica restrita apenas aos documentos presentes em seu acervo, mas permite que o sujeito que apresenta uma questão possa se valer de qualquer informação passível de recuperação.

Os materiais tangíveis – cabe lembrar que os materiais eletrônicos também são tangíveis, na medida em

que necessitam de equipamentos para serem utilizados –, em especial os livros ou todos aqueles que se constituem do texto escrito, possuem duas características que os fazem carregar interesses próprios de uma classe que não é a dos trabalhadores:

1 – Os materiais publicados, quer livros ou revistas, passam por uma análise das editoras e apenas são aceitos aqueles que atendem aos critérios entendidos como de qualidade ou como comercialmente viáveis. As editoras, para sobreviver, precisam, claro, vender os livros que editam. Assim, os candidatos a livros são avaliados em relação ao seu potencial de vendas. Um manuscrito sobre um tema que interessa apenas a um pequeno grupo, não será publicado, mesmo que possua um conteúdo de boa qualidade. Entre os critérios existentes nas avaliações de manuscritos, o de qualidade se subordina ao de viabilidade de venda. Os livros existentes nos acervos das bibliotecas passaram por um crivo das editoras, crivo esse que tem como base um interesse comercial.

Há, também, um outro crivo determinado pelo reduzido – em alguns casos, quase nulo – orçamento das bibliotecas. A seleção de materiais a serem adquiridos, mesmo acompanhando uma política de desenvolvimento de coleções preexistente, tem como limite o orçamento para compras de materiais. Isso implica em tornar os critérios de seleção mais rígidos e atender demandas, mais do que criar demandas.

Falamos do crivo nas publicações das editoras e do crivo na aquisição de materiais nas bibliotecas. Falta um terceiro elemento, talvez mais importante do que os anteriores: o crivo da própria sociedade. Os materiais existentes nos acervos das bibliotecas são escritos dentro de normas gramaticais, com

rigor linguístico e só farão parte desses acervos se seguirem a norma culta. Os materiais produzidos pelos sujeitos das comunidades tendem a não seguir esse padrão e, assim, não podem fazer parte do acervo.

A partir do exposto acima, precisamos incluir um quarto elemento que não se apresenta como um crivo, mas se esconde atrás da verdade da ciência, da história oficial, da sabedoria, da erudição. Os materiais preservados nos acervos das bibliotecas retratam um conhecimento, o dos que venceram, subjugararam, dominaram, impuseram suas vontades, seus valores e suas verdades. Por mais que se fale de democratização do acervo, essa ideia se torna uma falácia quando o acervo não reflete todos os modos de pensar existentes na sociedade. Ou pior, quando as bibliotecas apresentam e reproduzem o material disponível como sendo a única ou as únicas verdades possíveis.

Disseminar que a ciência é a única verdade possível, que a oralidade carrega apenas um saber popular, fruto de credices, mitos e desprovido de um real conhecimento, é propagar a impossibilidade da democracia nos espaços dos equipamentos informacionais, das bibliotecas públicas, das bibliotecas parques, das bibliotecas híbridas.

2 – A discussão finalizada no parágrafo anterior nos propicia abordar uma segunda característica que implica na presença de interesses diferentes e destoantes dos das classes trabalhadoras nas bibliotecas: a construção do acervo ser voltada, em sua maioria, para materiais com texto escrito. Os estudos de usuários, em boa parte das vezes, trabalham com a ideia de que há dois tipos de usuários, os reais e os potenciais. Para os primeiros, são criados serviços que procuram manter e atender os seus interesses, levando-os,

portanto, a permanecerem como usuários. Para os segundos, os serviços visam trazê-los para a biblioteca, transformando os de usuários potenciais em usuários reais. No entanto, tais estudos e pesquisas se esquecem de um terceiro grupo de usuários, os não-usuários, que são aqueles que, mesmo desejando, não podem se utilizar do acervo das bibliotecas.

Os analfabetos, se as bibliotecas trabalham apenas com materiais de textos escritos, não podem fazer uso das bibliotecas e devem ser considerados como não-usuários. Tanto para os sujeitos analfabetos quanto para os cegos, as fontes orais estudadas por Bortolin e Almeida Júnior (2015) e Santos Neto (2018) são fundamentais no processo de leitura e apropriação da informação e dos bens culturais. A deficiência visual possui vários níveis e graus, cada um demandando um tipo de material específico que atenda às necessidades das pessoas. Estas recorrem às mídias que disponibilizam os recursos de audiodescrição.

Deficientes auditivos ou deficientes da fala possuem uma leitura e escrita diferenciada dos textos voltados para aqueles que não têm deficiência. Quando um equipamento informacional não se preocupa em possuir em seu acervo materiais que atendam a esses grupos de usuários, ela está criando não-usuários. Nesse sentido, deverão ser adquiridas obras que utilizam o sistema *SignWriting*¹ nas duas versões papel e digital.

Uma biblioteca que não se preocupa com as características descritas acima, certamente não tem um foco ou interesse social e, acompanhando os conceitos de bibliotecas alternativas e bibliotecas híbridas, não pode ser incluída entre

¹ *Signwriting* é um sistema de escrita das línguas de sinais composto por movimentos. Corradi (2011) aponta que o Brasil já publica livros infantis com essa estrutura.

essas. A ideia de uma biblioteca híbrida é incompatível com a existência de não-usuários na comunidade de seu entorno.

Além disso, o conceito de bibliotecas híbridas precisa ser aprofundado do ponto de vista teórico-conceitual. Seria o conceito de biblioteca híbrida um sinônimo para os demais existentes? Uma tendência na Biblioteconomia? Questionamos afinal, o que diferencia os conceitos de bibliotecas parque, bibliotecas populares, bibliotecas comunitárias e bibliotecas alternativas. Dissemos, anteriormente neste texto, que o conceito de bibliotecas alternativas procura abarcar todas as propostas que se colocam contrárias à biblioteca pública, embora não consigam se dissociar inteiramente desta última.

Questionamos também, em que medida a compreensão de tais conceitos estabelece relações de complementaridade ou exclusão. Como o conceito de bibliotecas híbridas reconfiguraria o cenário social das comunidades e direcionaria as mediações?

Sumarizando: neste capítulo questionamos a híbridez em diferentes gêneros de bibliotecas. Apontamos que, ao classificar uma biblioteca como híbrida ou não-híbrida não pode ser analisando apenas o aspecto dos recursos informacionais; há também que se pensar na gestão híbrida da biblioteca, por meio de composição de comissões mistas que permitam a representatividade da comunidade e que ela seja ouvida. Para que uma gestão realmente acolha os cidadãos, estes precisam opinar também em questões administrativas e culturais/informacionais como: horário de funcionamento, formas de empréstimo, arranjo do acervo, prioridade nas aquisições de materiais e equipamentos, mediações, atividades, disposição dos espaços entre outras. O espaço necessita ser híbrido, com móveis que permitam

movimentação e propiciem reuniões para discussão de temáticas coletivas. Há que se fazer um esforço para diminuir as distâncias entre mediador e mediado. Sem isso, não se constrói (ou reconstrói) uma Biblioteconomia social.

As bibliotecas só podem ser consideradas diferenciadas quando veiculam, disseminam e reproduzem os interesses, necessidades e desejos da comunidade a que atendem. Só podem ser consideradas diferenciadas quando se transformam em espaços de resistência informacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997. 171 p.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Fontes orais, Paul Otlet e os bibliotecários. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da. (org.). **Mediação Oral da Informação e da Leitura**. 1. ed. Londrina: Abecin, 2015. v. 1, p. 59-88.

CORRADI, J. A. M. **Acessibilidade em ambientes informacionais digitais**: uma questão de diferença. São Paulo: Unesp, 2011.

DEFINIÇÃO E CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO POPULAR. Recife: SEDIPO, 1984. 12 p.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

LANKES, R. D. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016.

MACEDO, N. D. de; SIQUEIRA, I. S. P. Subsídios para a

caracterização da biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 67-69, jan./dez. 1987.

MACEDO, N. D. de; SPINELLI, L. G. Subsídios para a caracterização da biblioteca pública. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n.1-4, p. 71-77, jan./dez. 1987.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MADELLA, R.; SILVA, A. C. P. de O. da. Ética em bibliotecas comunitárias. In: SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, A. C. P. de O. da (org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 97-113.

SANTOS NETO, J. A. dos. Biblioteca escolar e as fontes orais de informação. In: SILVA, R. J. da; BORTOLIN, S. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 141-163. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/e-books/>. Acesso em: 29 out. 2019.

SILVA, A. G. Bibliotecas parque no Rio de Janeiro: breve histórico. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 32-45, abr. 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28053/2/Bibliotecas%20parque.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

SILVA, A. C. Perpétuo de Oliveira da. Quem se importa? Uma pesquisa sobre ética dos líderes de bibliotecas comunitárias. In: SOUZA, F. das C. de; SILVA, A. C. P. de O. da (org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 73-96.

SILVA, R. C. da. **Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido: um estudo comparativo de bibliotecas**

híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades. 2017. 288f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

